

CPI do Cachoeira estuda convocar mais 3 governadores

Em agosto, comissão analisará pedidos para que governadores de MT, MS e TO se expliquem; governador de GO poderá ser ouvido de novo

O GOVERNADOR DE Goiás, Marconi Perillo (PSDB), pode não ser o único a ter de dar explicações à CPI do Cachoeira após o recesso parlamentar de julho. Requerimentos para a convocação de outros três governadores aguardam votação da comissão parlamentar de inquérito mista que investiga as relações do contraventor Carlinhos Cachoeira com políticos e empresas.

Um dos que podem ser chamados é Siqueira Campos (PSDB), governador do Tocantins. Três parlamentares apresentaram pedidos para ouvi-lo. O deputado Rubens Bueno (PPS-PR), por exemplo, quer que ele explique recente reportagem publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo* mostrando que quase metade dos recursos financeiros recebidos pelo comitê do PSDB no estado na eleição de 2010 veio de empresários ligados a Cachoeira. Seriam R\$ 4,3 milhões de um total declarado à Justiça Eleitoral de R\$ 10,5 milhões.

De acordo com o requerimento de Rubens Bueno a ser analisado pela CPI, o maior doador para o PSDB no To-



Marconi Perillo (GO), André Puccinelli (MS), Silval Barbosa (MT) e Siqueira Campos (TO): governadores podem ser ouvidos por deputados e senadores na CPI

cantins, com R\$ 3 milhões, foi o empresário Rossine Aires Guimarães, cuja convocação já foi aprovada pela comissão.

“Dono de uma construtora, ele é, conforme a PF, o principal parceiro de negócios de Cachoeira, ao lado de Cláudio Abreu, diretor regional da empreiteira Delta”, informa o deputado.

O deputado Filipe Pereira (PSC-RJ) propõe chamar o governador de Mato Grosso, Silval Barbosa (PMDB). Segundo o deputado, escutas da Polícia Federal demonstraram que Cachoeira tinha interesse em assumir o controle da loteria estadual. Além disso, informa o requerimento, a Delta mantém

contrato de locação de viaturas para as polícias Civil e Militar.

Má qualidade

Pereira também é autor de um requerimento pedindo o depoimento do governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB). O deputado argumenta que a Delta tem “milhões [de reais] em negócios em obras estaduais, federais e licitações de prestação de serviços” naquela unidade da Federação.

Ainda segundo o deputado, o Tribunal de Contas da União apontou três obras em rodovias estaduais com falhas que poderão ser questionadas por

causa da má qualidade.

Apesar de já ter sido ouvido pela CPI em 12 de junho, o governador de Goiás, Marconi Perillo pode ter de voltar à comissão. O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) apresentou novo requerimento para convocá-lo.

O pedido é baseado em reportagem da revista *Época* que denunciou que o governador recebeu propina para liberar pagamentos do governo do estado à empreiteira Delta. O negócio, segundo a reportagem, ocorreu por meio da venda da antiga casa de Marconi onde Cachoeira foi preso pela Polícia Federal, em fevereiro.

Além de Marconi, a CPI ouviu também o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT).

Na última quarta-feira, o presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), informou que o requerimento pode ser colocado em votação logo após o recesso parlamentar.

Segundo Vital, todos os requerimentos apresentados entrarão na pauta com a mesma prioridade.

A primeira reunião administrativa está prevista para 15 de agosto, mas o presidente informou que tentará marcar uma data na primeira semana, provavelmente no dia 2.

Taques pede informação dos EUA sobre uso de banco em lavagem de dinheiro

Pedro Taques (PDT-MT) quer que a CPI do Cachoeira peça informações ao Senado dos Estados Unidos. O objetivo é ter detalhes de uma investigação sobre esquemas de lavagem de dinheiro



que usavam contas no banco HSBC. A ocultação da origem de dinheiro ilegal é uma das acusações que pesam contra a organização criminosa investigada pela CPI.

O Requerimento 717/12, apresentado por Taques, foi motivado pela apuração por parte do Senado americano do suposto uso do HSBC por narcotraficantes do México. A investigação aponta que a

falta de mecanismos de controle do banco e a falta de ação dos reguladores permitiram aos cartéis lavar dinheiro nos EUA.

No requerimento, o senador argumenta que, no Brasil, o banco é detentor da conta com maiores recebimentos de recursos federais por parte da Delta Construções, suspeita de envolvimento no esquema de Cachoeira.

Para Taques, não é possível dizer se houve convivência do banco com irregularidades detectadas pela CPI. No entanto, ele aponta dificuldades para a CPI obter do HSBC informações sobre a Delta.

Proposta exige que ONGs comprovem experiência



Para assinar parcerias com o poder público, as entidades sem fins lucrativos terão de comprovar experiência. É o que propõe o projeto de lei de Vital do Rêgo (PMDB-PB) que aguarda designação do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

De acordo com o PLS 733/11, a entidade precisa ter experiência no trabalho previsto no convênio e provar funcionamento regular por pelo menos três anos. A realização da parceria ainda dependerá de a entidade ter cumprido as obrigações de parcerias anteriores.

Na opinião de Vital, o projeto vai contribuir para dar transparência, eficiência e eficácia às relações entre o Estado e as ONGs.

Texto proíbe reeleição ilimitada de “cartolas”



Um projeto de lei que impede a reeleição ilimitada de dirigentes de federações e confederações esportivas e restringe a quatro anos a duração de um mandato está em análise na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado.

A proposta (PLS 253/12), de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), proíbe a nomeação de parentes dos dirigentes nessas instituições. De acordo com ele, muitas das associações são comandadas por “verdadeiras dinastias”, que se perpetuam por décadas no poder.

“A alternância no poder, além de procedimento de cunho democrático, pode prevenir a prática de abusos continuados, assegurando a igualdade entre os candidatos em disputa”, argumenta o senador.

Sessão lembrará 100 anos de nascimento de Jorge Amado 2

Visita guiada pelo Congresso continua durante recesso 2

Cidadão tem novas formas de contato com o Senado 2

Passeios são diários e gratuitos; guias explicam a arquitetura do Palácio do Congresso e o funcionamento da Câmara e do Senado

Visitas guiadas pelo Congresso continuam no recesso parlamentar

O CONGRESSO NACIONAL permanece aberto à visitação durante o período de recesso parlamentar, que vai até 31 de julho.

Os grupos saem a cada 30 minutos, das 9h30 às 17h, com acompanhamento de guias, para conhecer as dependências da Câmara dos Deputados e do Senado. As visitas são gratuitas.

Durante o percurso, com duração média de uma hora,

são abordados temas como a arquitetura do Palácio do Congresso e o funcionamento do Poder Legislativo no Brasil.

Para participar da visita guiada, basta encaminhar-se ao Salão Negro e aguardar o início da visita. A entrada é feita pela rampa voltada para a Esplanada dos Ministérios.

Inglês e espanhol

Grupos de 15 ou mais pes-

soas ou com integrantes que precisem de atendimento especial devem fazer agendamento prévio, assim como pessoas que desejem visitas em inglês ou espanhol.

No primeiro semestre de 2012, foram registradas 82.709 visitas. É esperado um aumento considerável em julho, mês em que tradicionalmente se realizam mais visitas. Em 2011, foram 21 mil pessoas.

As visitas são realizadas pelo Senado e pela Câmara, em parceria, dentro do Programa Visite o Congresso.

Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail visite@senado.gov.br ou pelos telefones (61) 3303-4671 e 3303-1581, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h. Aos sábados, domingos e feriados, o telefone para informações é o (61) 3216-1768, das 9h30 às 17h.



Reprodução/ Blog Karsaber

Jorge Amado: sessão solene pelos 100 anos de nascimento

Congresso fará homenagem a Jorge Amado

Numa sessão solene marcada para 6 de agosto, o Congresso Nacional celebrará o centenário de nascimento do escritor Jorge Amado (1912-2001).

Nascido em Itabuna (BA), em 10 de agosto de 1912, Jorge Amado é autor de clássicos da literatura brasileira como *Gabriela, Cravo e Canela*, *Dona Flor e seus Dois Maridos*, *Tieta do Agreste* e *Capitães da Areia*.

Além de romances, escreveu contos, poesias, biografias, peças, histórias infantis e guias de viagem.

Muitas de suas obras foram adaptadas para o cinema, o teatro e a televisão. Seus livros foram traduzidos para 49 idiomas. Em 1961, foi eleito para a cadeira 23 da Academia Brasileira de Letras (ABL).

Em 1945, ele foi eleito deputado federal pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) de São Paulo. Participou da Assembleia Constituinte de 1946. Jorge Amado também atuou como jornalista e tradutor.

A sessão solene está marcada para as 11h, no Plenário do Senado. A iniciativa da homenagem é dos senadores José Sarney (PMDB-AP) e Lídice da Mata (PSB-BA).

O requerimento para a realização da sessão também foi assinado pelos senadores João Capiberibe (PSB-AP), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Walter Pinheiro (PT-BA), João Durval (PDT-BA) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).



Waldemir Borreaty/ Agência Senado

Guia mostra a visitantes as bancadas que eram usadas pelos senadores na época em que a capital federal era o Rio de Janeiro: visitas gratuitas e diárias

Cidadão ganha novos caminhos para entrar em contato com Senado

Você já entrou em contato com algum senador para opinar sobre o trabalho dele ou para sugerir uma lei?

Para facilitar a interação entre o cidadão e seus representantes, o serviço Alô Senado oferece cinco caminhos: formulário no *site*, vídeo, *fax*, carta e telefone.

O mais usado é o telefone de ligação gratuita (0800 612211), que recebe 60% de toda a demanda do Alô Senado.

Os 40 atendentes respondem na hora aos questionamentos mais recorrentes — foram 18 mil ligações neste semestre.

Caso a resposta imediata não seja possível, os profissionais encaminham a questão para o setor responsável.

O segundo meio mais usado pelos cidadãos no contato com o Senado é a internet.

— Há dez anos, 4% dos contatos eram feitos pelo *site*. Hoje, representa quase 40% dos acessos — diz o diretor-adjunto da Secretaria de Pesquisa e Opinião do Senado (Sepop), Thiago Cortez.

Ele cita, como exemplo da interação pela rede, a participação popular na elaboração do anteprojeto do novo Código Penal. De acordo com a Sepop, 90% das 6 mil sugestões aos juristas que elaboraram o texto foram feitas pela internet.

Os vídeos também começam a ganhar destaque no Alô Senado, embora o número de envios ainda seja pequeno. Os filmes podem ser feitos até do celular. O cidadão precisa respeitar o limite de um minuto e meio de duração e a capacidade de 25 megabytes.

Neste semestre, o Alô Senado

recebeu mais de 500 mil contatos, sendo 480 mil relacionados ao trabalho dos senadores.

O restante incluiu questões sobre serviços, concursos, opiniões sobre projetos de lei e comentários sobre discursos, audiências públicas ou acontecimentos específicos, como a cassação do mandato de senador de Demóstenes Torres.

Transparência

Foi inaugurado neste semestre o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), para reforçar o atendimento das pessoas que visitam o Senado e apresentam demandas relacionadas ao previsto na Lei de Acesso à Informação, em vigor em todo o país desde maio.

Desde a instalação do SIC, que mantém um posto de atendimento próximo ao Plenário,

foram recebidos 505 pedidos de informações administrativas, legislativas ou relacionadas aos senadores.

Entre os assuntos mais recorrentes, estão a comprovação e o detalhamento de gastos dos senadores, a folha de pagamento do Senado e a previsão de aposentadoria de servidores.

Outras perguntas vão dos gastos do Senado com o auxílio-creche dos servidores ao uso de carros oficiais.

Plantões do serviço médico, pedido de votação de projetos específicos e informações sobre remuneração de servidores e senadores também estão entre os mais procurados.

A maioria das respostas já está no Portal da Transparência do Senado. Mesmo assim, o cidadão recebe resposta para sua demanda.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333